

POLPAR S.A.Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POLPAR S.A.**

Aos Senhores Administradores e Acionistas, O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada

Suzano S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

Resultados

No exercício de 2022 a Companhia apurou lucro de R\$ 4.121 mil em comparação ao prejuízo de R\$ 20 mil no exercício anterior. Os dividendos recebidos de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R\$ 3.824 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R\$ 479 mil, foram suficientes para

cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R\$ 120 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 62 mil.

Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Atendendo à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2022, que não seja de auditoria externa.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas explicativas		Notas explicativas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas (despesas) operacionais				
Dividendos	5	3.824		
Despesas gerais e administrativas	11	(120)		(155)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		3.704		(155)
Despesas financeiras	10	(17)		(14)
Receitas financeiras	10	496		149
Lucro (prejuízo) do exercício antes da provisão do imposto de renda e da contribuição social	6	4.183		(20)
Provisão para o imposto de renda e contribuição social - corrente		(62)		-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.121		(20)
Lucro (prejuízo) do exercício por ação - em R\$ Básico e diluído	9			
Ordinárias		52,83333	(0,25641)	
Preferenciais		58,11667	(0,28205)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício	4.121	(20)
Variação do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	(14.394)	1.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.858	(640)
Total do resultado abrangente	(5.415)	1.241

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4.121	(20)
Lucro (prejuízo) do exercício		
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Atualização monetária e outros	(521)	(156)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Aumento em tributos a compensar	(36)	(14)
Pagamento de outros tributos	(24)	(7)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(47)	-
Aumento em outros passivos circulantes	89	7
Fluxos de caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades operacionais	3.582	(190)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(3.577)	167
(Aumento) redução de aplicações financeiras		
Fluxos de caixa (aplicados) gerados nas atividades de investimentos	(3.577)	167
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	(23)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	23
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	5	(23)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Insumos adquiridos de terceiros	(120)	(155)
Serviços de terceiros consumidos		
Valor consumido pela Companhia	(120)	(155)
Valor adicionado recebido em transferência	3.824	-
Dividendos		
Receitas financeiras	521	156
Valor adicionado a distribuir	4.225	1
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	87	7
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	17	14
Remuneração de capitais próprios		
Lucros (prejuízos) retidos	4.121	(20)
	4.225	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Outras adições e exclusões	24	-
	(62)	-
Imposto de renda		
Corrente	(39)	-
Contribuição social		
Corrente	(23)	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(62)	-
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	1,48%	0,00%
O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:		
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	845	871
Créditos sobre prejuízos fiscais		
Contribuição social	586	597
Créditos sobre bases negativas da contribuição social		
Total ativo	1.431	1.468
Imposto de renda	13.874	17.473
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo		
Contribuição social	4.995	6.290
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo		
Total passivo	18.869	23.763
Total líquido passivo não circulante	17.438	22.295

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Outras adições e exclusões	24	-
	(62)	-

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda		
Corrente	(39)	-
Contribuição social		
Corrente	(23)	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(62)	-
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	1,48%	0,00%
O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:		
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	845	871
Créditos sobre prejuízos fiscais		
Contribuição social	586	597
Créditos sobre bases negativas da contribuição social		
Total ativo	1.431	1.468
Imposto de renda	13.874	17.473
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo		
Contribuição social	4.995	6.290
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo		
Total passivo	18.869	23.763
Total líquido passivo não circulante	17.438	22.295

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar: Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 3.378 e R\$ 6.520, respectivamente (R\$ 3.486 e R\$ 6.628 em 31 de dezembro de 2021).

7. **Títulos e valores mobiliários:** O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo:

Quant.	Ações	Tipo	% Participação	31/12/2022			31/12/2021		
				Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
	643.450	ON	0,05%	675	30.365	31.040	675	38.003	38.678
	267.787	PN	0,15%	2.329	25.133	27.462	2.329	31.889	34.218
				3.004	55.498	58.502	3.004	69.892	72.896

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente. Em 2022, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia de determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais. O valor justo da Suzano S.A. foi apurado de acordo com a última cotação em bolsa por ação ordinária, em 29 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 48,24. O valor justo da Suzano Holding S.A. foi apurado, levando em consideração, que a participação da Suzano Holding S.A. na Suzano S.A. representa 99,2% de seus ativos, essa participação foi atualizada a valor de mercado e dividida pelo capital em ações da Suzano Holding S.A. **8. Patrimônio líquido: 8.1. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia era de R\$ 4.300, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. **8.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de

	Notas explicativas		Notas explicativas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Dividendos a pagar		5	979	-
Tributos a pagar	4	6.391	18	1
			997	1
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	17.438	22.295	
Total do passivo		18.435	22.296	
Patrimônio líquido				
Capital social		4.300	4.300	
Reservas de lucros		4.839	1.697	
Ajuste de avaliação patrimonial		38.060	47.596	
Total do patrimônio líquido	8	47.199	53.593	
Total do passivo e do patrimônio líquido		65.634	75.889	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	
	Capital social	Legal	Para aumento de capital	Estatutária especial	patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.000	325	2.289	403	46.335	- 52.352
Resultado abrangente						
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(20)
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	1.261	- 1.261
Mutações internas do patrimônio líquido						
Capitalização de reservas	1.300	(100)	(1.000)	(200)	-	-
Compensação do prejuízo	-	-	-	(20)	-	20
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.300	225	1.289	183	47.596	- 53.593
Resultado abrangente						
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	4.121
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(9.536)	- (9.536)
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(979)
Mutações internas do patrimônio líquido						
Constituição de reservas	-	206	2.643	293	-	(3.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.300	431	3.932	476	38.060	- 47.199

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. **1.1. Principal evento ocorrido no exercício: 1.1.1. Efeitos decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia:** A Administração da Companhia acompanha as informações financeiras da Suzano S.A., por impactar as ações da Suzano Holding S.A., vide nota 7. Em decorrência do atual conflito entre a Rússia e Ucrânia, a Suzano S.A. monitora permanentemente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente. A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2023. **2.2. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando e se os mesmos transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação. **3. Principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021. **3.1. Políticas contábeis adotadas: 3.1.1. Ativos e passivos financeiros: a) Visão geral:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o hedge accounting previsto no CPC 48. **b) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) custo amortizado, (b) ao valor justo por meio do resultado e (c) ao valor justo por meio do resultado abrangente. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, conforme explicado abaixo: i) Custo amortizado: Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui basicamente o saldo de caixa e equivalentes de caixa. Quaisquer alterações são reconhecidas no resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de Receitas ou Despesas financeiras. iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Incluem ativos financeiros patrimoniais (participações societárias). A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. A variação no valor justo dessas participações é reconhecida no resultado abrangente e, por opção irrevogável da Companhia, os valores acumulados são mantidos no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial, e não serão realizados contra o resultado, mesmo na alienação ou perda. **c) Passivos Financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor. **3.1.3. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são considerados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária

sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.1.4. Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram alteradas e não tiveram impactos materiais para a Companhia: 3.2.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1º de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes); 3.2.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitido adoção antecipada); 3.2.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); 3.2.4. CPC 37 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); 3.2.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada); 3.2.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável); 3.2.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada). **3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Aplicações financeiras: 31/12/2022 31/12/2021

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Fundos de Investimento	6.391	2.341
------------------------	-------	-------

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa média ponderada acumulada de 111,0% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (108,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacional

* continuação

POLPAR S.A. - CNPJ/MF nº 59.789.545/0001-71**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo. **8.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes. **8.4. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

Lucro líquido do exercício	31/12/2022
Constituição da reserva legal 5%	4.121
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	206
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	3.915
Resultado remanescente	979
Reserva para aumento de capital - 90%	2.936
Reserva estatutária especial - 10%	2.643
	293

9. Lucro (prejuízo) por ação: **a) Básico e diluído:** O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível aos acionistas	1.796	2.325	4.121
Quantidade média ponderada de ações do exercício	34.000	40.000	74.000
Lucro básico e diluído por ação	<u>52,83333</u>	<u>58,11667</u>	
	31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas	(9)	(11)	(20)
Quantidade média ponderada de ações do exercício	34.000	40.000	74.000
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,25641)</u>	<u>(0,28205)</u>	

A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro (prejuízo) diluído por ação é o mesmo que o básico.

	31/12/2022	31/12/2021
10. Resultado financeiro, líquido:		
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(17)	(14)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	46	18
Rendimentos das aplicações financeiras	450	131
Resultado financeiro líquido	<u>479</u>	<u>135</u>

	31/12/2022	31/12/2021
11. Despesas gerais e administrativas		
Anúncios e publicações	(22)	(49)
Taxas da CVM	(67)	(81)
Auditoria	(29)	(23)
Outras despesas	(2)	(2)
	<u>(120)</u>	<u>(155)</u>

12. Provisão para causas judiciais: A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum processo classificado como de perda provável ou possível.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 20 de março de 2023.

David Feffer
Diretor PresidenteMarcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor e Diretor de Relações com InvestidoresIsabel Cotta Fernandino De França Leme
DiretoraGabriela Feffer Moll
Diretora**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 20 de março de 2023.

David Feffer
Diretor PresidenteMarcel Paes de Almeida Piccinno
Diretor e Diretor de Relações com InvestidoresIsabel Cotta Fernandino De França Leme
DiretoraGabriela Feffer Moll
Diretora**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**David Feffer (Presidente)
Claudio Thomaz Lobo Sonder (Vice-Presidente)
Geraldo José Carbone (membro)**DIRETORIA**David Feffer - Diretor Presidente
Marcel Paes de Almeida Piccinno - Diretor e Diretor de Relações com Investidores
Isabel Cotta Fernandino De França Leme - Diretora
Gabriela Feffer Moll - Diretora**CONTADOR**Rinaldo Ciucci
CRC 1SP-147256/O-0**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da Polpar S.A. **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do valor justo das ações da Suzano Holding S.A.: Por que é um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa e nº 7, a Companhia possui investimento em ações da Suzano Holding S.A. mensurados ao valor justo no montante de R\$27.462 mil, o qual não possui valor justo prontamente determinável e representa 41,8% do total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2022. Esse investimento está classificado como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado abrangente. As estimativas da Diretoria são baseadas na cotação pública das ações da Suzano S.A., investida que representa aproximadamente 98,5% do ativo da Suzano Holding S.A., ajustadas para considerar eventos que poderiam impactar o valor justo na data de mensuração, quando aplicável. A mensuração do valor justo dos investimentos da Companhia é relevante no contexto das demonstrações financeiras. Conseqüentemente, consideramos esse assunto uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e implementação de controles relacionados ao processo de revisão e aprovação da mensuração do valor justo; (ii) inspeção de transações recentes e análise dos eventos entre a data da transação e a data da mensuração que poderiam impactar o valor justo; (iii) teste da exatidão matemática do valor justo; e (vi) análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as premissas e critérios utilizados pela Diretoria para determinação do valor justo do investimento são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:**, *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação

suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:* As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 15 de março de 2022, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9**Deloitte.**

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>